

ETNOMUSICOLOGIA & POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA DA CULTURA

Organizadores: *Prof^a Dr^a Maria Elizabeth Lucas, (UFRGS)*
elucas@plugin.com.br

Prof. Dr. Samuel Araújo, (UFRJ)
samuca@openlink.com.br

Prof. Dr. Carlos Sandroni, (UFPe)
carlos.sandroni@gmail.com

Dada a trajetória histórica da Etnomusicologia firmada como campo de estudos e de reflexão sobre a diversidade musical e levando-se em consideração o projeto em trâmite de reforma universitária, bem como o conjunto de medidas em andamento no âmbito do Ministério da Cultura (doravante referido como MinC) visando mais ampla e efetiva participação da sociedade civil em instâncias de elaboração de políticas públicas para a cultura, esse GT propõe congregar os pesquisadores dessa subárea para discutir estratégias de uso comum e ação coletiva.

Em meio a crescentes desafios à cidadania, à memória e à diversidade, são colocados como eixo de políticas públicas o reconhecimento e a promoção da cidadania, da responsabilidade social, da idéia de patrimônio e da diversidade sócio-cultural, destacando-se em seu bojo o compromisso com dívidas históricas com as populações

indígena e afro-descendente. Nesse quadro, sugeriu-se ao GT, como base de uma pauta de discussões, a retomada de posicionamentos históricos da Etnomusicologia em torno de tópicos como:

- as políticas relativas à pesquisa e pós-graduação para a área de música face ao conjunto de ações afirmativas (dentre elas, cotas raciais e sociais) embutidas na reforma universitária em gestação;
- o papel e a composição de Câmaras Setoriais (entre elas, as de Música e de Culturas Populares e Indígenas) no âmbito do MinC, abertas à participação da sociedade civil,
- políticas de patrimônio material e imaterial;
- financiamento nas áreas de educação e cultura;
- iniciativas de pesquisa aplicada, articulando o conhecimento universitário com os anseios da sociedade em geral;
- impacto da produção de conhecimento na área de etnomusicologia na formação de graduados em música e em cursos de extensão universitária;
- articulações entre universidade, iniciativas não-governamentais e movimentos sociais por parte de etnomusicólogos

A atividade do GT foi iniciada às 14:30, na sala 210 da Faculdade de Administração, no prédio do Fórum de Ciência e Cultura da

UFRJ, contando com a presença de 22 participantes (ver lista abaixo), conforme lista anexa. Samuel Araújo (UFRJ) abriu a sessão em nome dos organizadores, propondo a concessão inicial da palavra aos participantes pré-inscritos por meio de envio eletrônico de resumos de suas respectivas intervenções, assegurando-se a cada um deles um teto de 10 minutos. Após essa primeira etapa, a palavra foi aberta a todos os presentes, mediante ordem de inscrição.

Aprovada a sugestão de encaminhamento da sessão, foi passada a palavra a Manuel Veiga (UFBA), que, após repassar à mesa documento elaborado pelo Grupo Oito (compositor Fernando Cerqueira, educador Sérgio Emmanoel, etnomusicólogo Manuel Veiga e musicóloga Maria da Conceição Perrone), da Bahia, acerca das linhas mestras da atual política cultural do MinC, teceu breves considerações iniciais sobre alguns dos tópicos acima propostos, acrescentando dois outros que advém de suas próprias iniciativas mais recentes no campo da pesquisa. Sobre as políticas do Ministério manifestou preocupação com o espaço amplo ocupado por produtores culturais (na acepção econômica do termo) e advogados, em detrimento daquele ocupado por músicos e musicólogos. Sobre a reforma universitária e o espaço que pode ser ocupado pela etnomusicologia foi mais otimista, como também o foi em relação à intensificação de trabalhos na direção da pesquisa aplicada. Acrescentou ainda o prof. Veiga que vem trabalhando recentemente em duas direções de pesquisa—implicações recíprocas entre música e ecologia, e música em processos de cura ou atenuação da dor—que não aparecem em formulações de políticas culturais. Por fim, alertou para o perigo de que, sob o pretexto de superação do *laissez-faire* como base das ações de Estado na área da cultura, possa advir o extremo oposto, ou

uma exacerbação do papel de considerações de ordem econômica, lembrando concepções já ultrapassadas de relação entre cultura e desenvolvimento econômico.

Colocando em foco o acervo fonográfico do NUPPO/UFPb, Alice Lumi (UFPB) destacou em seguida a dificuldade de recuperação e manutenção dos acervos de música de tradição oral constituídos a partir da perspectiva folclorística, em que pese o impacto positivo de aportes etnomusicológicos sobre a formulação de projetos de revitalização de acervos.

Com base em sua experiência de pesquisa e observação de projetos sociais que utilizam a música como suporte fundamental, Marianne Zeh (UFRJ/Faperj) notou que a sociedade está exigindo dos pesquisadores novos modelos de relacionamento, que explicitem o possível retorno de resultados de pesquisa à própria sociedade. Citou como exemplos, ajudar a comunidade a lidar com problemas que podem ser devastadores, como a falta de dinheiro, a perda repentina de membros de grupos musicais, disputas internas, a abertura dos grupos a membros “externos” ao núcleo original de pertencimento, ou ainda a espetacularização como estratégia de sobrevivência das manifestações culturais. Ao final, sugeriu a formulação de políticas públicas que contemplem: a- não apenas o período de pesquisa com objetivos definidos, mas também o que chamou de pós-pesquisa, ou relações mais prolongadas entre pesquisadores e pesquisados; b- o papel do nativo no processo de pesquisa; c- o papel do nativo na divulgação dos resultados.

Júlia Tygel (UNICAMP) ressaltou a emergência de trabalhos recentes em etnomusicologia aplicada em Cachoeira, BA, entre os Timbira do Maranhão, e na comunidade da Maré, no Rio de

Janeiro, como exemplos de promissora integração entre pesquisa acadêmica e intervenção social, comentando, porém, a dificuldade ainda existente no meio acadêmico de reconhecimento desse tipo de empreendimento como atividade de pesquisa e extensão..

Fernanda Cheferrino (UFRJ) colocou em discussão os processos de inventário e registro de patrimônio imaterial, no bojo das políticas de patrimônio em curso no IPHAN/MinC, a seu ver, ainda excessivamente centralizadas e pouco discutidas com as próprias comunidades envolvidas, em que pese os objetivos de inclusão social e salvaguarda de manifestações culturais professados nos documentos relativos a tais políticas.

Passada a palavra ao plenário, José Augusto Mannis (UNICAMP) manifestou seu estarrecimento diante do orçamento anual do MinC, algo em torno de 507 milhões de reais, que equivaleria, segundo ele, ao orçamento médio de uma única universidade. Sua intervenção teve como eixos norteadores a importância do uso de indicadores como ferramentas de formulação de políticas e a inexistência de uma política propriamente dita num setor em que predominam processos de licitação de formulação vaga, quase sempre controlados pelo marketing cultural. Ressaltou ainda que o papel do MinC deveria ser “cuidar das minorias”. Concluindo, sugeriu que uma política efetiva deveria contemplar programas permanentes dirigidos: a- ao compartilhamento e disponibilização de informação; b- ao apoio a registros culturais; c- às relações entre música e ecologia, estimulando a cooperação interdisciplinar; d- a estudos da economia da cultura, incluindo uma equação sólida de qual seria o PIB da

música no Brasil; e- a uma política de revitalização e manutenção de acervos por vias alternativas aos programas de fomento que não contemplam tais ações; f- à promoção da cultura popular em seus aspectos ritualísticos, em contraposição à ênfase atual em “produtos populares”; g – à adoção das recomendações da Unesco relativas ao patrimônio; h- à adoção de sistema de submissão de projetos em fluxo contínuo avaliados por comissões de pares com base em indicadores.

Egeu Laus (Rede Social da Música, fórum que congrega cerca de 50 ONGs que utilizam a música como suporte de ações pela transformação social) manifestou sua concordância integral com Mannis, enfatizando que a disseminação de informação tem sido uma das preocupações centrais da organização que coordena, ação para a qual solicitou mais apoio das universidades em geral. Lembrou que está tramitando no Congresso a PEC 150/03, que vincula 2% dos impostos arrecadados pela União ao financiamento de projetos na área de cultura. Desse montante, 1,5% seria proveniente da arrecadação estadual, e o 1% restante viria dos tributos municipais. Estima-se que a vinculação desses recursos destinaria R\$ 1,75 bilhão aos projetos culturais do País, cinco vezes superior a todo o orçamento do Ministério da Cultura para este ano. A admissibilidade da PEC está sendo examinada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde foi designada relatora a deputada Sandra Rosado (PSB-RN). Se aprovado, o texto será encaminhado ao exame de uma comissão especial de deputados e, em seguida, à votação em dois turnos no Plenário.

Manuel Veiga retomou sua advertência para que não se

confunda “planejamento cultural” com concepções de planejamento econômico, que podem vir a instrumentalizar a cultura. Alertou também para a prevalência da lógica de mercado no fomento, estatal ou não, às artes.

Problematizando a visão mais crítica em relação às políticas de patrimônio do IPHAN/MinC, colocada anteriormente por Fernanda Cheferrino, Carlos Sandroni (UFPE), apoiado em sua experiência positiva com o órgão no caso do inventário e registro do samba-de-roda do Recôncavo Baiano, manifestou sua convicção de que, em que pese as dificuldades estruturais do órgão em questão, há boa vontade por parte dos gestores do mesmo, muitos deles também provenientes da área acadêmica, em acatar as críticas dos pesquisadores. Estes, segundo ele, muitas vezes não se encontram preparados para lidar com discussões no espaço extra-acadêmico, onde o que está em jogo—aspirações e tensões sociais—vai além dos objetivos estritos de um trabalho acadêmico convencional. Citou ainda o caso do registro da arte gráfica Wayãpi como exemplo inequivocamente bem-sucedido de melhoria das condições de vida dos grupos implicados.

Flávia Toni (USP) propôs inicialmente a debate a importância de se repensar hoje o projeto original do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de autoria de Mário de Andrade, marcado pelo espírito do tempo de transformação social em que viveu e direcionado, assim, para o registro de algo que é volátil, sem preocupação com a preservação em si. Segundo ela, o referido projeto sofreu considerável distorção sob as gerações que sucederam o eminente intelectual paulista, que consagraram a idéia de “congelamento das tradições”. Por fim, sugeriu que a descentralização de ações, incentivando

iniciativas locais (por exemplo ONGs) parece uma política muito mais adequada à atualidade.

Edilberto Fonseca (UNIRIO) reviu brevemente, a partir de sua experiência em órgão de gestão de inventários e registro de patrimônio imaterial, o que considera inconsistências de formulação do programa, agência limitada dos grupos implicados e dificuldades estruturais de implementação das políticas em curso (por exemplo, falta de pessoal e plano de carreira). Sugeriu ainda, após rápido intervalo para o café, que não vê necessidade das políticas de salvaguarda sucederem cronologicamente a pesquisa, indicando como alternativa a disseminação de Pontos de Cultura, outro programa do MinC que, embora não subordinado ao IPHAN, poderia assegurar a auto-sustentabilidade das manifestações em paralelo ao desenvolvimento de pesquisa pelos próprios grupos.

Levando em consideração a necessidade de se levar propostas concretas à Assembléia Geral da ANPPOM, Elizabeth Lucas (UFRGS) propôs que o GT submetesse à votação no referido fórum uma moção de endosso à PEC 150/03, não olvidando a menção a medidas visando maior transparência na aplicação dos recursos, como forma de impedir o clientelismo ainda predominante no fomento à cultura. Indicou ainda a oportunidade de menção no mesmo documento à inclusão de tópicos relacionados às políticas culturais na formação de graduandos e pós-graduandos da área de música.

Carlos Sandroni ressaltou que as políticas públicas devem se tornar tema prioritário de entidades como a ANPPOM e a Associação Brasileira de Etnomusicologia – ABET, voltando a lembrar que não se tome os órgãos de gestão a priori como

antagônicos ao pensamento crítico gerado na academia, voltando a citar sua experiência com o IPHAN/MinC como exemplo.

Luís Ricardo Queiroz (UFPB) manifestou sua preocupação com o imobilismo da lista eletrônica sobre políticas públicas da ABET e sugeriu que houvesse destinação específica de parte do percentual de 2% pleiteado pela PEC 150/03 às tradições orais fora do circuito comercial.

Samuel Araújo endossou a proposta de Carlos Sandroni de intervenção mais incisiva das entidades da área acadêmica junto às instâncias de formulação de políticas públicas, lembrando que a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) foi a única entre suas congêneres a participar de forma organizada da recente construção da Câmara Setorial de Música, órgão consultivo recém-implantado pelo MinC. Ressaltou ainda a oportunidade de ter as políticas públicas como um dos eixos temáticos do encontro nacional da ABET no próximo ano.

O GT encerrou suas atividades pontualmente às 18 hrs., sendo responsável por esse relato Samuel Araújo.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2005